

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

AS CIDADES LIVRES — UM ESTUDO SOBRE O CASO JAPONÊS (*).

SHOZO MOTOYAMA

do Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universi-
dade de São Paulo.

INTRODUÇÃO.

Nos meados do século XV, o Japão atravessava uma fase de distúrbios sociais e políticos. É a época conhecida com o nome de Sengoku-Jidai (A era da Guerra Civil). Os *daimyos* à frente da classe guerreira dos *bushis* começavam a se libertar do controle do *shogunato* de Ashikagu. Aliás, esse controle nunca tinha sido eficaz devido à própria estrutura funcional do *Muromachi-bakufu* (outro nome do shogunato). Embora estivesse ainda fundamentalmente baseado no antigo sistema de *shoens* como unidades administrativas de produção, possuía uma estruturação político-administrativa relativamente complexa e descentralizada. Na prática, o poder estava nas mãos de algumas famílias influentes (*shugo-daimyos*) que ocupavam os postos-chaves dessa máquina político-administrativa. Mesmo nos seus mais áureos tempos (no governo do *shogun* Yoshimitsu), o *bakufu* só conseguiu se impor graças a uma habil política de enfraquecimento e equilíbrio de forças desses *shugo-daimyos*. Com o passar do tempo, o *shogun* tornou-se uma figura meramente decorativa. Os mais poderosos *shugo-daimyos* disputavam entre si a hegemonia política e o *shogunato* oscilava ao sabor dessas lutas. A mais importante delas é a Guerra de Onin (1467-1477). Ela havia resultado das ambições das duas das mais poderosas famílias da época, as famílias Yamana e Hosokawa, mas trouxe consequências sócio-políticas profundas. Aproveitando a ausência dos *shugo-daimyos* e dos seus mais importantes subordinados que haviam ocorrido para

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª sessão de estudos, Equipe A no dia 3 de setembro de 1973 (Nota da Redação).

o palco da guerra (Kyoto), em muitos lugares, os chefes locais e samurais influentes apoderaram-se dos *shoens* (1).

Iniciou-se destarte, um processo conhecido com o nome de *gukoku-jó*. Esta palavra significa a derrubada das camadas superiores pelas inferiores. E realmente, enquanto os antigos senhores e os samurais mais graduados estavam empenhados na lutas pelo poder central, os seus subordinados se fortaleciam assentando as suas bases nas regiões agrícolas. De usurpação em usurpação, alguns deles superaram os seus suseranos em poderio. Desta maneira, apareceram os *sengoku-daimyos*.

As revoltas camponesas eram também frequentes. Oprimidos por pesados encargos tributários, assoladas as suas lavouras pelas guerras, castigados de tempos em tempos pelas condições climáticas adversas, a vida do campônes era miserável. Assim, não raro, ele insurgia-se aproveitando a confusão reinante. E numa época quando *nômin* (campônes) podia facilmente armar-se e entreter em igualdade de condições o *bushi*, essas revoltas eram os terrores dos *daimyos* e comerciantes. Muitas vezes elas conseguiram sucesso. Foi o caso da revolta dos lavradores da província de Yamashiro. Em 1485, os habitantes desta província situada ao Sul de Kioto, exauridos pelos pesados tributos impostos pelas necessidades da Guerra de Ônin rebelaram-se. Os exércitos dos *Shugo-daimyos* foram expulsos. Em dezembro daquele ano numa assembléia geral com a participação de todos os homens de idades entre 15 a 60 anos foi feita a declaração de autonomia. Doravante as decisões gerais seriam tomadas em conselhos públicos. Para a execução delas erge-se-ia anualmente uma junta executiva. Proibiu-se a entrada dos exércitos dos *shugo-daimyos*. As terras usurpadas dos tempos budistas foram devolvidas aos mesmos. Para facilitar o comércio e o transporte, aboliram-se os postos de pedágio do território. A metade da arrecadação dos *shoens* foi destinada a gastos públicos. A heterogeneidade dos participantes da rebelião foi, no entanto, fator decisivo para a derrocada final. Realmente, ela havia congregado os senhores dos *shoens*, os lavradores, os samurais nativos e *ronins* (samurais desempregados). Certamente os interesses não eram os mesmos. Com o passar dos anos, as divergências vieram à tona e as contradições aumentaram. Depois de 8 anos de independência, a traição dos samurais nativos fez cair por terra esta interessante experiência democrática (2).

(1). — Okada (A.) e outros, *Nihon no Rekishi*. Tokyo. 1961, vol. 6, pág. 194 e segs.

(2). — Ishimoda (S.) e Matsushima (E.), *Nihon-shi Gaisetsu*, Tokyo, 1973.

Naqueles anos, também nos meios religiosos pairava uma atmosfera opressiva. A seita budista de Shinshû, a mais prestigiosa da época, tinha como clientela principal, os camponeses. Nesse sentido, o aumento do seu poderio significava quase sempre um choque com os samurais dominantes. Entre estes, propagava-se com rapidez os ensinamentos de uma outra seita: os de Hokkeshû. Pela agressividade dos seus ensinamentos esta seita começou a centralizar o ódio das outras. As contendas não se faziam apenas no terreno das idéias religiosas. Como muitos dos monges andavam armados, na maioria delas, os choques armados tornavam-se inevitáveis. Finalmente em 1536, na cidade de Kyoto irrompeu uma verdadeira guerra religiosa, dela saindo perdedora o Hokkeshû. Embora as fontes de informações não sejam seguras, calcula-se que cerca de 150.000 monges das seitas antigas e 20.000 de Hokkeshû participaram do conflito (3).

Esse ambiente tenso e instável era favorável à ascensão dos *sengoku-daimyos*. Com melhores exércitos, não escolhendo meios para alcançar os seus objetivos, logo eles superaram em prestígio os *shugo-daimyos*. Livre das peias agora frágeis do *baku'u*, esses suseranos dominavam ditatorialmente nas terras usurpadas dos nobres, camponeses e templos budistas. Entrementes mesmo exercido à mão forte, esse domínio era precário. O *daimyo* podia perdê-lo da noite para o dia. Desejando consolidar a sua posição, ele olhava com covícia as terras dos *daimyos* vizinhos. Assim, por mais de um século, invasões e guerras tornaram-se o lugar comum no devastado território nipônico.

É pois quase uma surpresa constatar nesse período a existência de cidades-livres. Eram verdadeiros oásis de paz e prosperidade dentro da aridez e miséria das guerras. O objetivo desse trabalho é estudar as condições do surgimento, funcionamento e desaparecimento dessas cidades.

*

O SURGIMENTO DAS CIDADES LIVRES.

Os séculos XIII e XIV vêem a libertação do camponês da escravidão. É claro, esta fez-se de maneira assaz incompleta, pois de escravo passou-se a servo. No entanto, essa mudança aparentemente pequena trouxe um resultado surpreendente, aumentando a produtividade agrícola. O escravo a quem não se reconhecia direitos hu-

(3). — Okada (A), *op. cit.*, pág. 177 e segs.

manos, nem liberdade de iniciativa, não tinha interesse nenhum em aumentar a produção. O servo tinha direitos, embora mínimos pois de certo modo, a sua moradia e as terras onde trabalhava ficavam sob a sua responsabilidade administrativa. Por isso, ele tinha algum interesse em melhorar as colheitas pois isto poderia resultar em seu proveito ainda que muito pequeno (4). Nesse sentido, houve uma transformação completa nas relações entre as classes, nas formas de administração da agricultura e mesmo nas formas de pagamento pelas terras. Outrossim, o progresso verificado na agricultura iria dar as bases para o desenvolvimento extraordinário da indústria manufatureira, do comércio e das cidades.

Nessa época, nota-se dois aspectos promissores em relação à tecnologia agrícola. O primeiro é a disseminação por todo país das melhores técnicas desenvolvidas durante a Idade Antiga. Nesse sentido foi particularmente importante a difusão do plantio em vargens alagadas, da rotação das culturas, da introdução de cavalos e bois, da melhoria nos implementos agrícolas e do sistema coletivo de cultivo. O segundo é o progresso da técnica observado no próprio período. Realmente, operam-se inovações dignas de nota nas técnicas de irrigação, no uso dos moinhos de água e na introdução de novas espécies de plantas (5).

Começa-se a observar uma certa espécie de especialização, com cada região tornando-se conhecida pelos seus produtos. Deste modo associava-se ao caqui a região de Yamato, ao pinhão a de Tamba, a pera a de Shinano, a laranja a de Kyoto, etc. O uso do chá começou a tornar-se moda nesse período. Ele era produzido principalmente nas regiões de Kin-Ki. O papel foi produzido em grande quantidade em Harima e Sanuki e o óleo em Oyamasaki.

O aumento da produtividade e a relativa independência do *nômin* incrementaram as necessidades de implementos de meios de produção. Isto propiciou um estímulo à indústria manufatureira. E esta já estava em franco crescimento graças às necessidades de guerra como armas e armaduras. Os técnicos especializados em metalurgia e semelhantes começaram a ter as suas próprias oficinas. Antes, dentro do sistema de *shoens*, eles eram agregados aos senhores. Era uma transformação com profundo significado.

O aumento de produtividade agrícola proporcionou também a comercialização dos seus excedentes. As feiras ocasionais realizadas nos dias de festejos e de datas religiosas, começaram a se tornar

(4). — Hani (G.), *Toshi*. Tokyo, 1952, pág. 61.

(5). — Seiryoki, século XVI.

em feiras regulares. Inicialmente, estas eram realizadas 3 vezes por mês e conforme os dias das suas realizações eram chamadas de *jutsuka-ichi* (a feira do dia 2 — eram aquelas dos dias 2, 12 e 22 do mês), de *mika-ichi* (a feira dos dias 3, . . .), *Yokai-chi* (a feira do dia 4), etc. Nos primeiros tempos, elas eram exploradas pelos próprios camponeses locais. Com o passar dos anos surgiram os feirantes ambulantes. Estes carregando o *renjaku* ou o *senda-bitu* (instrumentos para transportar as mercadorias) iam de feira em feira. Outrossim, com a diversificação e aumento dos produtos os feirantes começaram a se estabelecer em lugares fixos e a venda se tornou permanente. Os locais escolhidos para os estabelecimentos permanentes eram as proximidades dos castelos dos *daimyos*, pontos estratégicos de tráfego, e em frente aos templos. Destarte constituíam-se os arquétipos das cidades feudais.

O comércio foi facilitado com a difusão da moeda. Já na época de Muromati o dinheiro era o agente principal da troca. Em geral as pessoas não se recusavam a entregar as mercadorias ou fazer serviços em troca de moedas. É bem verdade que a disseminação dessa economia de base monetária não foi uniforme. Em algumas regiões como Kantó, Tohokú, Kyushiu, somente as camadas superiores eram beneficiadas pelas facilidades do dinheiro. É interessante o fato das moedas serem em geral de origem chinesa. E mesmo no caso da China, as procedências eram das mais diversas. Usava-se, portanto ao mesmo tempo moedas de diferentes tipos tais como *hokusso-sen*, *eiraku-sen*, *Kobu-sen*, *sentoku-sen* e outros. A melhor era a *eiraku-sen*, usada por isso mesmo como padrão. As moedas tinham as formas circulares com perfuração no centro e confeccionadas de cobre. À primeira vista, parece absurdo não se cunharem moedas no próprio território japonês onde havia cobre em abundância. A explicação é simples. O *Muromachi-Baku'u* não tinha força suficiente para merecer a confiança do mundo econômico (6).

Outro fator importante para a afirmação das cidades foi o comércio com o exterior. Desde longa data, o Japão vinha comerciando com outros países asiáticos, principalmente com a China. Porém, durante o período de *Nambokuchô* no século XIV, esse comércio pacífico foi perturbado pela pirataria dos *Wakô*. Estes, em geral senhores arruinados e homens do povo na miséria devido às mudanças sócio-econômicas do período final de Kamakura, com o objetivo principal de obter arroz e escravos, saqueavam com crueldade o sul da Coreia, o norte e mesmo o sul da China. No início do século XV,

(6). — Okaka (A.), *op. cit.*, pág. 66.

com o *shogun* Yoshimitsu, o comércio oficial com a China foi restabelecido. Os produtos mais exportados eram: espadas, cobsres, enxofres, leques, chávenas, etc. Os importados constituíam-se principalmente de moedas de cobre e seda (7).

O comércio entre Ryûkû (Okinwa) tinha características peculiares. Esta ilha servia de intermediária das nações ao sul e vendia ao Japão remédios, madeiras de tintura, marfins, pimentas, etc. E por sua vez, os comerciantes japoneses revendiam estes produtos para chineses e coreanos. Essa função de entreposto comercial de Ruykiu começou a declinar no século XVI. Os portugueses haviam conquistado Málaca, os chineses começaram a negociar diretamente com o sul e os próprios japoneses fizeram o mesmo. Em geral, esse comércio marítimo estava sob o controle do *bakufu* e a política desta estava dirigida no sentido de abafar os comércios particulares. Os maiores beneficiários eram os *daimyos*, os templos budistas e o próprio *bakufu*. No entanto, os comerciantes das cidades portuárias como Sakai e Hakata tinham estreitas ligações com essas forças e acabavam encarregando-se dos negócios. Portanto, os lucros reais ficavam na mão desses negociantes que acumularam grandes capitais. Os negócios cresceram e com eles as próprias cidades portuárias.

As indústrias manufatureiras cresceram juntas com as cidades. As necessidades de vestimentas e dos corantes, desenvolveram as indústrias de tintura com garança, indigo, etc. As necessidades de irrigação trouxe progressos sensíveis na construção de diques. A difusão de moedas proporcionou a exploração de minas e com ela a mineração e a metalurgia. Nesse aspecto, engana-se o historiador francês R. Mousnier ao afirmar

“l'économie japonaise était purement agricole et tendant vers l'économie fermée” (8).

É certo, isso não se nega, que a ocupação econômica principal dos nipônicos no século XVI continuava a ser a agricultura. Entretanto, é justamente nesse período que se observa uma vigorosa ascensão da indústria manufatureira. Basta observar o fato dos produtos de exportação terem sido, na sua grande maioria, produtos manufaturados e não agrícolas. E as exportações eram destinadas predominate-

(7). — Ishimoda (S.) e Matsushima (E.). *op. cit.*, pág. 2.3 e segs.

(8). — Mousnier (R.), *Les XVIe et XVIIe siècles*. Paris. 1958, pág. 542.

mente para a China — prova evidente da excelente qualidade dos manufaturados japoneses.

Todos esses fatores contribuíram para deitar direta ou indiretamente os fundamentos das cidades feudais japonesas. Estas podem ser classificadas, de acordo com a sua origem, em *Monzen-machi Minato-machi*, *Shukuba-machi* e *Jôka-machi* (9). Desde os tempos iniciais da Idade Média, os templos religiosos possuíam amplos domínios territoriais. Dentro deles, os monges construíam moradias e edifícios. Alguns técnicos eram mantidos no estado de servidão para as necessidades de manufaturados. De qualquer modo para atender ao grande consumo interno, faziam-se feiras periódicas nas vizinhanças dos templos. Aliás, esses locais podiam ser considerados como lugares mais seguros e propícios para as realizações de tais atividades. Por serem considerados sagrados eles serviam de asilo contra os ladrões e o poder dos *daimyos*.

No período final de Muromachi, com o camponês conseguindo a liberdade de visita para os lugares sagrados, o número de peregrinos aumentou exponencialmente. Com isso multiplicaram-se as hospedarias e lojas em torno dos templos formando as cidades conhecidas com o nome de *Monzen-machi*. Nessa categoria podem ser incluídas cidades como Nara, Kamakura, Uji-Yamada, Shimizu, etc.

Também nesse período, apareceram cidades nos pontos estratégicos de tráfego, atendendo ao aumento progressivo dos viajantes. O número de hospedarias, mesmo antes, não poderia ser considerado desprezível. Meio século depois da fundação de Kamakura-bakufu, somente na estrada de Tôkai (Tokaido) podia-se contar cerca de 30 (10). Na época de Muromachi, esses albergues não só cuidavam da hospedagem, mas também, do próprio transporte dos hóspedes. Em geral os *daimyos* protegiam esses postos e permitiam o livre comércio. Essas foram as origens do *Shukuba-Machi* como Hamamatsu e outras.

Os portos situavam-se em pontos bem situados e longínquos dentro do sistema de comunicação. Por trás, do lado da terra, normalmente estendiam-se vastas regiões produtivas. Os seus produtos antes de serem escoados através dos portos eram estocados em silos ou armazéns. No começo, os donos eram os senhores mais abastados da terra. Com a evolução dos acontecimentos, principalmente depois da difusão das moedas trançadas, passaram-se também em postagens.

(9). — Toyoda (T.), *Nihon no Hoken Toshi*. Tokyo. 1972, pág. 17 e segs.

(10). — Munetaka Shin ou Kamakura Kakouiki — em torno de 1250.

e comerciantes. Deu-se o nome de *toimaru* ou *Kuramoto* a eles. Os negócios de importação e exportação tornaram as cidades por várias mais prósperas. As concentrações humanas nessas *minato-matis* atingiam cifras elevadas. Além dos comerciantes, viviam nelas carregadores, marinheiros, artesãos, construtores de navios, transportadores, etc. Para nós as cidades portuárias têm um interesse especial por serem as maiores *minato-machi*, também as mais conhecidas cidades-livres — caso de Sakai, Hakata, Ominato, etc.

Jô-ka-mati é a expressão mais característica das cidades da época. O seu arquétipo estaria na moradia do senhor de *shoen* do século X e XI. *Do-gou* como eram conhecidos esses senhores administravam pessoalmente a agricultura como emprego de muitos trabalhadores e servos. Por isso, em torno de casa grande do senhor espalhavam-se as moradias dos servos e dos trabalhadores. Em geral aquela ficava no alto do morro para poder fiscalizar com eficiência suas terras. Embora simples, possuía uma sistema de defesa de muros, cercas e fossos. Já no período médio de Kamakura refletindo a insegurança social, ela se transforma numa verdadeira fortificação localizada em região montanhosa de difícil acesso. No começo do século XIV, os *daimyos* moravam em castelos fortificados e os seus subordinados nas imediações. Para atender esse mercado, os comerciantes e artesãos começaram a se fixar nesses locais também. Ou então um pouco afastados, mas situados em posições privilegiadas no sistema de comunicação.

Nos meados do século XV, com a formação dos domínios dos *Sengoku-daimyos* e o reconhecimento da importância das cidades deu-se a aproximação destas com aquelas. Os *daimyos* perspicazes ao sinal dos tempos, prontamente perceberam a importância do comércio e incorporaram as cidades comerciais ao seu jugo. Em vez de fortificarem os seus castelos nas montanhas, trazem-nos para as regiões planas e transformam-nos em centros de comércio e transporte.

No fim do século XVI, todas essas cidades haviam adquiridas características feudais (11).

Mas antes de se atingir esse estado relativamente estático a maioria delas passou por outros estados intermediários. Realmente, no decurso de *Sengoku-Jidai*, as cidades de todos os tipos, inclusi-

(11). — *Hôken Toshi* — cidade feudal. É pertinente perguntar se a palavra feudal tem o mesmo significado da usada na Europa. A resposta seria certamente não. Mas como existem semelhanças e na falta de um termo melhor, faremos uso dela.

ve a *Jôka-machi* experimentaram tendências para a democratização. Para isso concorreram a descentralização política, a ascensão de certas classes sociais e o clima de instabilidade social caracterizada pelas revoltas camponesas. No extremo superior dessas tendências situam-se as cidades livres, (*Jiyû Toshi*). Vejamos com mais detalhes como eles se formaram.

No início, as cidades estavam sob o forte controle dos senhores dos domínios (*Ryosuu*). Com a decrepitude do *bakujû* a partir da Guerra de Ônin, começa-se a notar certa autonomia e liberalização nelas. Por exemplo, Nara estava dividida em 3 partes, cada qual sob influência dos tempos *Kôjuku-ji*, *Ichijô-in* e *Tôdai-ji*. O poder político-administrativo e policial estava na mão dos 3 *ryoshus*, mas aos poucos o poder efetivo começou a ser exercido pelos *Kampushuto*, chefe dos monges armados. Ao mesmo tempo, os cidadãos se reuniam nos respectivos bairros, elegiam os seus representantes e formavam organizações autônomas de governo. Diante do perigo exterior, convocava-se reunião geral dos bairros para tomarem as medidas necessárias. Contudo, a política geral de Nara era controlada ditatorialmente por *Tsutsui*, cabeça dos *Kampu-Shutos* (12).

Na maioria das cidades, nesses primeiros tempos, a manutenção da ordem estava sob a responsabilidade de um *daikan*, diretamente nomeado pelo *nyoshu*. Destarte, este exercia o governo ao seu bel prazer. O posterior crescimento industrial-comercial, a ascensão de prestamistas e atacadas funcionam no sentido de enfraquecer esse poderio (13). Os cidadãos começam a ganhar aos poucos o direito de auto-governarem-se.

Os *toimarus* desenvolviam as vias de circulação das suas mercadorias e expandiam vigorosamente as suas áreas de negociações. Outro ramo muito próspero era o dos *sakayas* (produtores de *sakê*). A ingestão exagerada do *sakê* constituía-se no costume corrente da época. Já em 1426, só em Kyoto, existiam 342 casas produtoras de *sakê* (14). Ao lado desses acúmulos de capitais, e em estreita correlação com eles os prestamistas (*dossô*) com a aquiescência do *Murromachi-bakujû* controlavam efetivamente a arrecadação de impostos. Os melhores clientes dos *dossôs eram sem dúvida os daimyos*. No entanto, as outras camadas também utilizavam-se dos empréstimos. Os juros altos garantiam o aumento continuado do poderio dos *dossôs*. A ascensão dessa terceira força, a dos comerciantes, significava na

(12). — Ishimoda (S.) e Matsushima (E.), *op. cit.*, pág. 275 e segs.

(13). — Toyoda (T.), *op. cit.*, pág. 59.

(14). — Okada (A.), *op. cit.*, pág. 64.

mesma medida a queda de influência das outras duas: a dos senhores feudais e as das autoridades religiosas.

Por isso, as rebeliões camponesas tinham como fito não só a derrubada do poderio absoluto dos *daimyos*, mas também o de se livrarem das hipotecas dos prestamistas. Nesses confrontos, os *dos-sôs*, mais maleáveis se recuperavam com maior rapidez do que os *daimyos*. E muitas vezes, à frente dos exércitos mercenários, eles combatiam as sublevações camponesas. Registra-se também a ocorrência do reverso da medalha. Em 1532, em Nara, uma insurreição contra a autoridade religiosa acabou queimando parcialmente os templos de Kasuga e de Kôuku. Os cabeças eram os comerciantes Mondo Tatbanaya, Mimbu Kariganeya e Hyohei Kuraya. Ou seja, existiam também rebeliões de comerciantes.

No mesmo ano de 1532, outro fato demonstra o crescimento do poderio dos *chônin* (cidadãos). Para debelar uma sublevação camponesa de caráter religioso na região de Kinki, o Shogun Yoshiharu nomeia o *daimyo* Harumoto Hosokawa como comandante em chefe das forças do *bakufu*. Este recorre aos *chônin* da seita de Hô-ke. Entre aquele ano e 1533 reuniram-se mais de 10.000 *chônin* de Kyoto, todos armados das melhores armas e arrasaram os templos inimigos de Hongaji de Yamashina e Osaka. E durante 5 anos, Kyoto ficou sob o governo deles.

A própria Jôka-machi, sob o controle direto do *daimyo*, não foi exceção à regra. A ascensão de novas forças obrigou o *daimyo* a fazer concessões. Assim, em Matsuyama na província de Musashi estava proibida a entrada dos exércitos do *daimyo* Hôjô. Esta ordem havia partido do próprio Hôjô com o objetivo de propiciar um clima pacífico a *joka-mati* necessário para o bom andamento do comércio. Os *chônin* tinham inclusive a permissão de castigar os samurais infratores (15).

O grau de libertação da cidade do domínio do *daimyo* se dava em função de duas variáveis: a fraqueza do *daimyo* e a pujança das outras classes sociais — principalmente a dos *shonins*.

Por exemplo, a autonomia de Uji-Yamada se devia principalmente à fragilidade do seu *ryoshu* e também pela vitalidade da sua classe religiosa. Enquanto isso, Hakata gozava da sua liberdade graças à força econômica dos seus *shonins*.

(15). — Ishimoda (S.) e Matushima (E.), *op. cit.*, pág. 277.

Dentro desse panorama geral, surgiram as cidades livres. Eram estas produtos da conjugação entre a confusão decorrente da descentralização política e a ascensão da nova classe dos *shonins*. A divisão de poderes entre os *daimyos* associou-se à elevação do poderio econômico das cidades. Estas tornaram-se suficientemente fortes para enfrentarem aqueles. Do ponto de vista concreto, a autonomia foi alcançada pela longa evolução observada na sistemática tributária e na legislação das feiras livres.

No fim da Idade Média, os *ryoshus* já adotavam sistemas tributários diferentes entre o campo e a cidade. No caso desta, era praticamente impossível arrecadar impostos tendo como base as roças. Destarte, com relativa rapidez os tributos começaram a ser pagos em dinheiro e não em espécie agrícola como nos campos. Isso proporcionaria mais oportunidades de autonomia para as cidades. Em geral, com o correr do tempo, a cobrança tributária começou a ser feita por um responsável ou por vários representantes escolhidos entre os cidadãos. Para fazer-se tal deve-se presumir a existência de uma organização cidadina para o mecanismo de escolha. Além disso enfraquecia-se o vínculo com o *daimyo*, pois a responsabilidade administrativa transferia-se deste para aqueles.

Quando as feiras tornaram-se numa parcela ponderável nas finanças dos *ryoshus*, estes começaram a proteger as mesmas. No início, eram mais medidas policiais para manter uma certa ordem e segurança. Impedia-se por exemplo, a entrada de pessoas com armas ou a venda ou compra forçada. Essas normas adotadas nas feiras vão se estendendo paulatinamente também às casas comerciais permanentes. Outrossim, em função do vigoroso aumento da influência dos *tyonins*, as decisões e normas das feiras ficam ao cargo dos mesmos. Os próprios *daimyos* dão permissão para tal contanto que isto não coloque em cheque a sua autoridade. O dia a dia das lutas pela autonomia vai aperfeiçoando a organização dos *chônin*. Estes aumentam de modo orgânico os seus sistemas econômicos e políticos. Em algumas cidades, estes estão tão fortalecidos que a ingerência dos *daimyos* é mínima ou nenhuma. Constituem-se as cidades livres.

*

AS CIDADES LIVRES.

Vejam agora a organização de auto-governo das cidades livres. Esta diferia de cidade para cidade, embora as diferenças sejam apenas em seus matizes e não nas características fundamentais.

Outrossim, as experiências de auto-governo entre os camponeses serviram de modelo. Realmente, as rebeliões camponesas já haviam propiciado algumas tentativas interessantes nesse sentido. É o caso da Revolta da Província de Yamashiro (1485) quando elegeu-se uma espécie de parlamento pela primeira vez no Japão (16). As cidades aproveitam-se dessas experiências e com base nelas desenvolvem sistemas peculiares de autonomia.

A própria Kyoto, capital japonesa da época, pode ser considerada uma cidade livre. Isso poderia parecer contraditório, pois bem, a vista do Imperador e do *Shogun*, a cidade regia-se de um modo autônomo. O primeiro, no entanto, já se constituía numa figura meramente decorativa há muito tempo e o segundo se torna quase impotente a partir da Guerra de Ōnin. E é justamente dessa época, o início da organização autônoma dos *chônin*. Estes recuperaram a cidade devastada e praticamente queimada. Enquanto os nobres, fugindo das guerras, deixavam Kyoto, os comerciantes e artesãos afluíam para a mesma. O princípio da organização partia dos bairros. Cada uma destas organizava uma associação sob a direção de *tyonins* escolhidos por eleição. Em geral, os escolhidos pertenciam à classe dos comerciantes, principalmente prestamistas e *sakayas*, em razão das suas riquezas. A estes dava-se o nome de *tsuki-giyôji* ou *gatsueiyôji* quando as suas funções duravam 1 mês e *nengiyôji*, quando 1 ano. Esta associação de bairro cuidava então de problemas coletivos tais como a realização de festejos religiosos e a defesa contra assaltos e roubos muito frequentes na época. Os bairros se agrupavam em 2 grandes zonas, o *Kamigiyo* e *Shimogiyo*. Cada uma dessas zonas possuía os seus representantes e em casos excepcionais as duas câmaras se reuniam e planejavam os rumos da política de Kyoto. Mas algumas vezes, mesmo ante a ameaça de um perigo comum, cada uma delas poderia tomar decisões diferentes. Foi o que ocorreu quando em 1573 Nobunaga Oda invadiu a cidade e exigiu um vultoso resgate. Shimogiyo aceitou a exigência e Kamigiyo rejeitou-a. Em consequência, esta zona foi arrasada e incendiada pelo exército do senhor de Owari (17).

Também em Hakata, rico porto de exportação e importação, existiam 2 grandes setores cada qual com 6 representantes totalizando 12 para toda cidade. O governo da cidade ficava a cargo de 4 deles num sistema de revezamento por um ano.

A organização governamental de Uji, uma *monzen-machi*, fazia-se em torno de *toshiyori* (por serem em geral pessoas de idade) reu-

(16). — Hani (G.), *Toshi no Ronri*. Tokyo. 1969, pág. 180.

(17). — Okada (A.), *op. cit.*, vol. 7, pág. 193 e segs.

nidos numa espécie de câmara denominada *Egô*. O conjunto de *toshiyoris* receba o nome de *Egôshû*. Este era constituído de 8 representantes para cada setor e havia 6 setores em Uji. O nome de *Egôshû* parece ter originado de reuniões religiosas. Entre tanto ele ultrapassou os foros da religião e se estendeu para outros tipos de organizações, principalmente político-administrativas. Destarte, vemos esse nome em uso tanto para as reuniões de pescadores de Shionomissaki como para as associações de donos de estaleiros de Omimoto (18).

A mais famosa das *Egôshû* é a do porto de Sakai. Compunha-se de 36 pessoas, 3 de cada bairro para a função de *Gatsugiyôji*. Aliás, outras localidades como Yamashiro e Sakata possuíam *egôshû* com esse número de membros. As cabeças *egôshû* eram os comerciantes mais abastados, pois só estes podiam fazer frente às despesas das realizações coletivas. São particularmente famosos 3 *toshiyoris* de Sakai: os comerciantes Miyake, Notoya e Beniya. Eram todos pertencentes às famílias tradicionais abastadas e poderosas. A liderança política e principalmente administrativa era exercida por um deles num sistema de quase rodízio. Entrementes, as decisões eram tomadas coletivamente pela *Egôshû*.

Podemos pois traçar, num nível abstrato, o mecanismo político-administrativo das cidades livres da seguinte maneira. Primeiro, elegiam-se os representantes dos bairros. A reunião destes formava e *egôshû*. Os membros deste num sistema de rodízio mensal, se encarregavam dos negócios coletivos. E eles eram responsáveis pelos acontecimentos da cidade. Essa responsabilidade não era apenas formal, mas concreta. A negligência poderia custar inclusive a vida. Foi o caso dos dois *gatsugiyôji* de Kyoto, quando irrompeu um incêndio no bairro de *chijô*. Os dois tiveram as suas cabeças decepcionadas como culpados do infortúnio (19).

A vida das cidades livres girava em torno de atividades comerciais e artesanais. Os artesãos nos séculos XIV e XV transferem-se do campo para cidade. Este fenômeno é o inverso do observado na Antiguidade quando muitos deles fugiram da cidade para o campo. A produção de tecidos e de *saké* tornam-se em ocupações importantes, mesmo nas cidades portuárias tais como Haka'a e Sakai. Esta última se notabiliza ainda pela suas produções metalúrgicas, em particular na produção de armas brancas e fuzis. As cidades livres não são portanto apenas intermediárias na troca de cereais e outros pro-

(18). — Toyoda (T.), *op. cit.*, pág. 71.

(19). — *Ibidem*, pág. 70.

duto agrícolas, mas também centros industriais de atividade muito intensa. Os negócios delas se estendiam também para o exterior graças a uma habil política com o *bakufu*. Muitos dos mais abastados residentes são donos de estaleiros além dos armazens ou dos silos. Para manter a paz nos seus territórios, as cidades livres tinham de se livrar dos *daimyos* rapinas, dos assaltantes e de piratas ferozes. Por isso, montaram um sistema de defesa. Esta iniciava-se no aspecto físico, com a construção de fossos e cercas. Em torno de Sakai estendia-se um fosso de águas azuis e a entrada ou a saída se fazia de duas portas. Conta-se que quando ocorria alguma briga fechavam-se as portas e os litigantes eram logo presos pois ficavam impossibilitados de fugirem da cidade. Hirano, nas proximidades de Sakai, tinha uma cerca constituída de bambu e rodeada de valas de aproximadamente 3,5 m. de largura.

Não se sabe ao certo se as cidades livres tinham exércitos regulares com soldados mercenários. Existem indícios nesse sentido. Por exemplo, o exército de Sakai se ia mercenário sob o comando de civis, em geral membros de *egôshû* (20). Sem dúvida, pode-se afirmar a existência de muitos *ronins* contratados pelos comerciantes mais ricos, principalmente os relacionados com os transportes marítimos. A necessidade de lutas contra piratas e bandidos faziam esses *shonins* terem muitos subalternos devidamente armados. Em casos de necessidade, os próprios *chônin* se armavam e iam para as lutas. Em geral isso acontecia quando eles se sentiam ameaçados pelas revoltas camponesas ou quando tinham de enfrentar os exércitos de *daimyos*. Para exemplificar o primeiro, podemos citar o agrupamento guerreiro de 20.000 *tyonins* formado em dezembro de 1532 com o objetivo de debelar a rebelião irrompida em Zaikyo, Uzumasa e Kitayama. Casos de lutas com os *daimyos* são também frequentes. Nesses confrontos, como era de se esperar as cidade levavam a pior. Entrementes algumas vezes foram vencedoras como Netsuda vitoriosa na luta de 1560 contra os *bushis* de Imagawa (21).

Contudo, era regra normal impedir a invasão dos *daimyos* através de negociações. Cobiçada pela sua riqueza, a cidade livre conseguia se safar do perigo em função da sua riqueza. O preço da liberdade era caro, mas os *chônin* tinham capacidade de resgata-lo. Sakai, viu-se livre dos soldados de Hatakeyama em 1495 graças ao pagamento da elevada soma de 10.000 *gans*. A defesa através das armas era tentada somente quando havia possibilidade de sucesso ou quando o resgate era demasiado caro.

(20). — Hani (G.), *op. cit.*, pág. 78.

(21). — Toyoda (T.), *op. cit.*, pág. 78

Usando um ou outro desses expedientes, as cidades-livres conseguiram criar dentro delas um ambiente de paz necessário para o comércio. Embora durante um período relativamente curto, conseguiram prosperar a tal ponto que os jesuitas portugueses chegaram a compará-las com Veneza.

*

A QUEDA DAS CIDADES-LIVRES.

O prestígio atingido pelas cidades-livres na época pode ser considerado de invejável. Haja visto o seguinte acontecimento. Em 1456, a cidade de Sakai havia ajudado o *daimyo* Miyoshi para este conseguir a trégua depois de uma desastrosa luta contra as tropas aliadas de Hosokawa e Hatakeyama. Em contra-partida, 20 anos depois, o exército de Miyoshi derrotou os soldados de Matsunaga e Hatakeyama. Estes refugiaram-se na cidade de Sakai. Os samurais vitoriosos cercaram o porto e exigiram a entrega de um resgate em dinheiro, mas os cidadãos de Sakai recusaram a proposta. Vendo-se perdido, o *daimyo* Hisahide Matsunaga pediu a mediação dos *egôshû* Notoya e Ben'a. Estes fizeram uma proposta curiosa e edificante. Que os soldados de Myoshi se retirassem, sem mais nem menos, pois já haviam saboreado o gosto da vitória. Em outras condições, certamente essa proposta não seria aceita pelo exército vencedor. Mas, levando em consideração os auxílios financeiros já recebidos e necessidade de se recorrer aos *shonins* de Sakai para futuros financiamentos, Myoshi concordou. Assim, o seu exército entrou na cidade e emitiu um brado retumbante de vitória para ser ouvido por toda população e depois retirou-se (22). Eis até onde ia a influência das cidades-livres.

Porem, basta uma rápida análise para compreendermos a instabilidade das mesmas. As suas existências haviam-se tornado possíveis graças a uma subdivisão de forças político-militares. Nesse aspecto é sintomático o fato da ascensão delas ter se dado a partir da Guerra de Ōnin. A subsistência delas só seria viável em função da persistência dessa condição fragmentária ou então se houvesse uma evolução delas na direção de uma federação ou coisa parecida. Na era de Sengoku duas forças haviam irrompido quase ao mesmo tempo. Uma a dos *sengoku-daimyos* foi crescendo, aumentando continuamente o seu poderio político-militar. A outra, a das cidades também cresceu progressivamente, em particular do ponto de vista

(22). — Okada (A.), *op. cit.*, vol. 7, págs. 132-133.

econômico. Enquanto essas forças se equilibraram, as cidades livres puderam viver a sua vida. Os poderios dos *sengoku-daimyos* começaram a convergir graças a seleção natural, na guerra de extermínio de um ou do outro. Entre an.o essa mesma convergência não ocorre entre as cidades-livres. Rompia-se o equilíbrio. Realmente ao se alcançar a década de 1560, começa-se a notar os primeiros albores da unificação do país. Esta tarefa é iniciada por Nobunaga Oda, completada por Hideyoshi Toyotomi e organizada num sistema feudal duradouro por Ieyassu Tokugawa. Parece não ter sido coincidência o fato desses *daimyos* terem nascidos quase ao mesmo tempo na região de Iókaí. Esta estava situada numa posição privilegiada do ponto de vista de transportes e era vizinha de Kyoto. As terras muito férteis graças a um grande número de rios produziam sempre boas colheitas. A facilidade de transportes permitia o comércio das mais diversas mercadorias tais como papel, panos de algodão, utensílios de barro e cerâmica, sal, plantas marinhas, etc. Além do mais, havia uma condição social muito favorável para a consolidação do poder desses *daimyos*. Enquanto nas outras regiões, os *noumins* se agrupavam em vilas autônomas opondo-se aos senhores feudais, aqui ao contrário eles se uniram aos mesmos em troca de proteção. Estes fatores devem ter ajudado a rápida escalada de Oda rumo ao governo central, assim como deram a retaguarda necessária às obras de Toyotomi e Tokugawa (23).

Nessa época, a diversificação dos produtos industriais é notável. Não só em quantidade, mas também a qualidade dos produtos atinge um nível extraordinário. Esses produtos são distribuídos por todo país através dos comerciantes. Os *shonins* de Nara, de Kyoto, de Sakai estendem as suas atividades no norte até Kyushi e no sul até Aizu. Para isso eles têm de vencer uma série de obstáculos oferecidos pelas fronteiras numerosas em função das divisões políticas. Nesse sentido, a difusão das mercadorias significava também uma espécie de unificação territorial — os pedágios são abolidos, os impostos das feiras não são cobrados, os mercadores têm praticamente o trânsito livre por todo Japão (24).

Nobunaga, clarividente e sagaz, havia percebido a importância de dominar as cidades, principalmente as ricas cidades-livres. Por isso com a força de suas armas conquista Kyoto, Sakai, Ominato, etc. A sua primeira tarefa é destruir a organização interna dessas cidades. As cidades voltam a ter um controle severo por parte do

(23). — Kitajima (M.), *Nihon-shi Gaisetu*, vol. II. Tokyo. pág. 21 e segs.

(24). — Toyoda (T.), *op. cit.*, págs. 82-83.

ryoshu. Hideyoshi continua a obra de Nobunaga e transforma Nagasaki, Osaka, Hakata, Sakai em territórios de sua jurisdição direta. As cidades livres deixavam de existir (25).

É óbvio que a derrocada das cidades livres não se deu de dia para a noite. Mas foi bastante rápida. Como interpretar esse fato? O historiador japonês Takeshi Toyoda diz não ter havido um desmoronamento das cidades ante a subjugação imposta por Nobunaga ou Hideyoshi. Muito pelo contrário, estes conseguiram realizar a obra unificadora graças ao auxílio daquelas (26). Entretanto, para nós, essa afirmação encerra apenas meia verdade. Concordamos no fato dos comerciantes graudos desejarem a unificação e terem colaborado para ela. Entrementes, mesmo estes, nem todos, estavam de acordo. Provas? Se Sokyū Imai, rico comerciante de Sakai colaborou com Nobunaga, nem Beniya nem Notoya, talvez mais ricos e influentes, não aceitaram o domínio do senhor de Owari. Sakai estava disposto a se opor mesmo que fosse com armas. Se não levou adiante as suas pretensões não foi apenas pelo medo do método cruel de Oda, mas também porque a vizinha Hirano não quis colaborar. Além disso, as discussões internas eram claras e patentes.

Parece-nos que aqui estão os três pontos importantes para compreender o fenômeno da queda. Primeiro, a existência de interesses contraditórios mesmo entre os comerciantes. Depois mesmo supondo a unidade dessa classe, não se poderia confundir os interesses com a de toda cidade constituída por outras classes numerosas. Segundo, em função do primeiro ponto, a inexistência de uma vigorosa unidade e organização adequada de sistema de defesa. Terceiro, a falta de colaboração entre as cidades com total impossibilidade de se unirem numa federação.

As cidades livres intentam na medida do possível as suas defesas contra a torrente unificadora. Mas estas fazem-nas de maneira descoordenada e sem cooperação. Kyoto pegou nas armas contra Nobunaga. Mas não toda Kyoto, apenas a Kamigiyo. E em consequência esta metade da cidade foi arrasada. Na verdade, uma parte dos *shonins* haviam preferido o caminho mais fácil de sobrevivência. O comércio com o *daimyo* era fonte de lucros fabulosos. Seja na venda de armas e munições, seja no fornecimento de todos os tipos de mercadorias, seja no empréstimo de dinheiro, seja na empreitada de vender e distribuir os produtos arrecadados como impostos, o relacionamento com o *daimyo* favorecia os *shonins* inescrupulosos.

(25). — *Ibidem*, pág. 84.

(26). — *Ibidem*, pág. 87.

Apenas para ter uma idéia desses lucros, vejamos o caso de um poderoso *shonin* chamado Kumiya estabelecido no porto de Obama. Hideyoshi, depois de ter unificado o Japão, lançou-se em 1591 à aventura da conquista da Coréia. Nessa ocasião, Kumiya foi encarregado de fazer o transporte de 3.000 *kokus* de arroz e 1.000 *kokus* de soja de Miyazu até Nagoya de Kyushu. Essa empresa rendeu 200 *kokus* para 1.000 *kokus* transportados, ou seja, cerca de 20 por cento das mercadorias ficaram nas mãos do comerciante de Obama.

Destarte, muitos dos *shonins* colaboraram prazerosamente para a centralização do poder. Os comerciantes sobreviveram nas novas condições, as cidades-livres não.

* *

*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Guilherme Porto* (FAFI. Varginha. MG).

Pergunta:

“As cidades livres chegaram a se organizarem em Ligas, como a Hanseática?”

*

Da Prof.^a *Maria Efigênia de Rezende* (UFMG).

Indaga:

“Há alguma analogia entre a origem das “cidades livres” no Japão com as “cidades” chinesas que não se desenvolveram na medida em que se impôs a centralização?”

*

Da Prof.^a *Maria da Cunha Rodrigues Simões de Paula* (FFLCH/USP).

Indagou do Autor se ele poderia fazer um paralelo entre as cidades livres do Oriente e as do Ocidente.

* *

*

RESPOSTAS DO PROFESSOR SHOZO MOTOYAMA.

Responde:

Ao Prof. *Guilherme Porto*.

“A resposta pode ser dada em dois níveis. No nível econômico houve uma colaboração entre as cidade livres que poderia se asseme-

lhar em alguns aspectos com a Liga Hanseática, mas com peculiaridades não apresentadas por esta. No nível político e militar, pelo menos dentro das pesquisas feitas, não houve nada semelhante. Elas foram orientadas de modo embrionário aqui e acolá, como foi o caso de Sakai tentando inutilmente conseguir o auxílio da vizinha Hirano contra o exército de Nobunaga Oda. Aliás, na nossa opinião, foi a falta desse espírito de colaboração que apressou a queda das cidades livres. Finalmente, gostaríamos de agradecer ao Prof. Guilherme Porto pelo seu interesse em nosso trabalho.”

*

À Prof.^a *Maria Efigênia Lage de Rezende*.

“A pergunta é altamente interessante do ponto de vista da História Comparada. Entretanto, precisamos pedir escusas por não poder responder a essa pergunta, pois não somos especialistas em História do Extremo Oriente e dentro dessa medida, desconhecemos a História da China.

Agradecemos à Prof.^a Maria Efigênia por ter levantando uma questão fascinante e se tiver tempo e oportunidade gostaríamos de um dia pesquisar o assunto.”

*

À Prof.^a *Maria Regina Simões de Paula*.

“A pergunta é muito importante no sentido de aproximar o Oriente do Ocidente. Certamente, existem facetas muito semelhantes entre as cidades livres do Japão e as do Ocidente. Isto é tão verdade que os missionários portugueses que estiveram no Japão na época do fastígio das cidades livres, chegaram a comparar Sakai com Veneza. Contudo, a tarefa de fazer um paralelo não é nada fácil e exige um esforço muito grande. Ao iniciarmos este nosso trabalho, tínhamos em mente prosseguir até essa comparação. Mas à medida que progredamos na nossa faina, percebemos a impossibilidade de realizar o trabalho em tempo hábil. Assim sendo, acabamos deixando essa parte da pesquisa de lado. Esperamos poder realizá-la num futuro artigo.

Agradecemos à Prof.^a Maria Regina pelo interesse demonstrado pelo nosso trabalho e também por nos ter dado confiança na direção das pesquisas a serem realizadas doravante”.